

DIREITOS FUNDAMENTAIS
EXAME DE RECURSO / TURMA NOITE / 19.02.24
Tópicos de Correção

Cotações: I = 8 (4x2); II = 6; III = 4 (+2 redação e sistematização)

I

Em resposta às questões do primeiro grupo, o examinando deve:

- a) Afirmar que as normas de direitos fundamentais impositivas são as que estabelecem que a ação prevista na estatuição tem de ser realizada. Identificar a posição jurídica do “dever” e justificar. Afirmar que, nas normas de direitos fundamentais impositivas, a ação do sujeito da estatuição direto é realizar a ação que aí vem descrita.
- b) Afirmar que as normas de segunda ordem regulam ações deonticas, como é o caso das normas de competência. Afirmar que são normas que habilitam os sujeitos a produzir efeitos de direitos. Identificar os exemplos constantes da CRP.
- c) Afirmar que a derrotabilidade corresponde a uma propriedade das normas de direitos fundamentais e que se traduz na possibilidade de as normas entrarem em conflito e cederem perante outras no caso concreto.
- d) Afirmar que a existência de um critério material de recorte de direitos fundamentais é controvertida. Mencionar os critérios apontados pela comunidade científica e tomar posição.

II

No comentário à frase, o examinando deve:

- Afirmar que, *prima facie*, mais do que uma norma de direitos fundamentais pode ser aplicável a um caso concreto;
- Definir “conflito normativo” e caracterizar cada um dos seus requisitos; no caso da sobreposição de antecedentes, deve identificar os tipos de relações que podem existir entre os antecedentes e dar exemplos; no caso da incompatibilidade de efeitos jurídicos, deve identificar e definir “contradição deontica”.
- Indicar a existência de normas de conflitos, identificando os tipos de normas de conflitos estudados;

- Identificar que, na inexistência de normas de conflitos para resolver o conflito *in casu*, deve recorrer-se à operação da ponderação, definindo-a.

III

Em resposta às questões do terceiro grupo, o examinando deve:

- a) Identificar a discussão sobre se existe um critério material que permita a distinção entre direitos de liberdade e direitos sociais, tomando posição.
- b) Identificar a ponderação como uma operação utilizada para resolver conflitos de normas de direitos fundamentais. Afirmar que, apesar de subjetiva, a ponderação não permite qualquer tipo de decisão, carecendo de medidas racionais. Identificar as fórmulas da ponderação estudadas e o papel da escala triádica, caracterizando-a. Identificar as expressões utilizadas na escala triádica e justificar a razão pela qual se utiliza uma escala geométrica, por oposição a uma escala aritmética.